



DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020 PREGÃO PRESENCIAL 002/2020 REGISTRO DE PREÇOS 001/2020

Destinação exclusiva para MPE's exceto os itens 004 e 006.

PREÂMBULO

O Município de Presidente Olegário - MG, com endereço na Praça Doutor Castilho nº. 10, Centro, torna pública, aos interessados, a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO 02/2020**, do tipo "**MENOR PREÇO**", **CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PÃES DE SAL, BISCOITOS DIVERSOS, SALGADOS DIVERSOS E PÃES DE DOCE, PARA SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO E PARA AS LOCALIDADES DE BELA VISTA, PONTE FIRME, TABOCA E SANTIAGO E LANCHES PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE**, que reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal de nº. 1.091 de 13 de dezembro de 2018, subsidiariamente pelo Decreto 7.982 de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O pregão terá como Pregoeira e Equipe de Apoio, aqueles designados pela Portaria Municipal nº 001/2020
2. Os itens 004 e 006 desta licitação terá destinação à ampla concorrência, considerando que a estimativa de aquisição ultrapassa o valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com o artigo 49, inciso II da LC 123/06. Os demais itens desse processo têm seus valores de referência abaixo de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) e terão destinação exclusiva às MPE's. De acordo com os artigos 47 e 48, I da LC 123/06 e suas alterações, nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando, dentre outros, a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, indicando a definição de âmbito regional sendo os limites geográficos do Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido no Decreto Estadual 47.437 de 26 de junho de 2018.
3. De acordo com o inciso II, do art. 49 da LC 123/06, se não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no edital e ainda, se a proposta não for a mais vantajosa para a Administração Pública, os itens terão destinação à ampla concorrência, sendo assim, a Comissão poderá analisar os itens e proceder a nova pesquisa de mercado, caso seja verificado que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não tiver sido vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, poderá realizar novo certame destinado à ampla concorrência.

II- OBJETO

1. - É objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PÃES DE SAL, BISCOITOS DIVERSOS, SALGADOS DIVERSOS E PÃES DE DOCE, PARA SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO E PARA AS LOCALIDADES DE BELA VISTA, PONTE FIRME, TABOCA E SANTIAGO E LANCHES PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE.**

Secretarias requisitantes:

- Secretaria Municipal de Agricultura;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Saúde.

III – DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1. - A sessão pública de abertura deste certame **será gravada em áudio e vídeo conforme previsto em Decreto Municipal de nº 1.062 de 12 de julho de 2018** e ocorrerá no dia, horário e local especificados abaixo:

DIA: 29/01/2020

PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13h, impreterivelmente.

ABERTURA DOS ENVELOPES: após o credenciamento, às 13h10min.

LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura, situada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário/MG.



IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar desta licitação empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto licitado e que atendam as disposições contidas neste edital;
2. Não poderão participar deste Pregão:
 - 2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
 - 2.2. Excepciona-se o disposto acima, quando a sociedade apresentar autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto, por deliberação representativa do primeiro número inteiro superior à metade do capital social ou outro quórum estabelecido no contrato social (art. 70 da Lei Complementar nº 123/06.)
 - 2.3. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
 - 2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
 - 2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
 - 2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
 - 2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
 - 2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.
4. É vedada a participação de parentes próximos ou afins dos membros da Comissão de Licitação.

V – DA DISPONIBILIDADE E AQUISIÇÃO DO EDITAL

1. Para consulta e conhecimento, os interessados poderão adquirir o Edital completo do certame e Anexos nos seguintes endereços:
 - 1.1. eletrônico, pelo site: www.po.mg.gov.br/licitacoes;
 - 1.2. junto à Divisão de Compras e Licitações, localizada na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro, em Presidente Olegário-MG. Telefone: (34)3811-1560.

VI – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

1. Os licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos neste edital, a DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO, fora dos envelopes e 2 (dois) envelopes devidamente numerados e fechados, contendo no envelope nº 1, sua proposta comercial e no envelope nº 2, a documentação para habilitação, ambos deverão conter, na parte externa os seguintes dizeres:

Razão social e endereço
“Envelope 1 – Proposta de Preços”
Processo LICITATÓRIO 002/2020
Pregão PRESENCIAL 002/2020
Registro de PREÇOS 001/2020

Razão social e endereço
“Envelope 2 – Documentos de Habilitação”
Processo LICITATÓRIO 002/2020
Pregão PRESENCIAL 002/2020
Registro de PREÇOS 001/2020

2. Os referidos envelopes deverão ser protocolados e entregues **até às 13h do dia 29 de janeiro de 2020**, impreterivelmente, no Setor de Protocolo da Divisão de Compras e Licitações, na Praça Dr. Castilho nº 10, Centro.
3. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação” entregues diferentemente do exigido no item anterior ou envelopes entregues em outro setor/pessoa.
4. **Quaisquer documentos que forem apresentados sem que tenham sido solicitados no edital, serão desprezados durante a conferência pela Comissão de Pregão.**

VII – DO CREDENCIAMENTO DO INTERESSADO

1. O horário do credenciamento dos interessados será até as **13h00min**, e será efetuado conforme a ordem de chegada. Após isso, a Pregoeira declarará encerrado o protocolo, momento que não mais serão aceitos novos interessados, iniciando-se, em seguida, à abertura da sessão pública.
2. Os documentos de credenciamento, bem como a declaração de habilitação prévia e enquadramento como ME ou EPP serão recebidos até a finalização do lançamento e cadastramento das empresas e representantes no sistema informatizado de licitação, declarada aberta a sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início à abertura dos envelopes.
 - 2.1. **No ato do credenciamento/protocolo, o representante deverá portar todas as cópias necessárias, pois o Município não dispõe de equipamento para fazer cópias para as licitantes.**
3. O credenciamento far-se-á através de:



3.1.Representante Legal:

- a) Estatuto Social, Contrato Social (última alteração) ou outro documento de registro comercial no qual conste os poderes necessários para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, principalmente quanto ao lance verbal e desistência ou manifestação de recurso, juntamente com:
- b) Documento oficial de identificação com foto. (cópia e original)
- c) “Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.2. Procurador:

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- b) Instrumento público ou particular de procuração, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da eventual proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas do pregão, formular verbalmente lances ou ofertá-los, desistir verbalmente de formular lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Pregoeira, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- c) Documento oficial de identificação com foto. (cópia e original)
- d) “Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

3.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, impõe-se a comprovação da capacidade do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato/estatuto social da empresa.

3.2.2. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.3. Se remetido via postal, deve apresentar:

- a) Estatuto ou Registro Comercial ou Contrato Social e última alteração ou documento equivalente devidamente registrado;
- b) “Declaração Habilitatória”, conforme Anexo III, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados do edital.

4. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados aa Pregoeira e equipe de apoio para autenticação, no momento do protocolo ou durante a sessão de abertura do envelope Documentação Habilitação.

5. Será admitido o mesmo representante para mais de uma licitante credenciada, entretanto, não poderá haver disputa para o mesmo item, sendo vedada ainda, a participação de empresas que tenham em seu contrato social, sócio-gerente, administrador, proprietário ou assemelhado que coincidam com os de outra empresa, vedado também a participação de empresas que possuem parentesco entre seus representantes.

6. Caso o licitante não tenha um representante na sessão, os envelopes serão protocolados e as propostas lançadas no sistema, mas a empresa não terá direito a apresentar lances.

7. Se a empresa licitante tiver interesse em fazer uso dos benefícios constantes da Lei Complementar nº 123/06 e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06, deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração de Condição de Microempresa ou EPP e/ou a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial emitida nos últimos 60 dias, sob pena de preclusão do direito de reclamar tais benefícios.

VIII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias, contados da data da intimação, sob pena de o adjudicatário decair do direito de fazê-lo e incorrer em multa.

2. Decorrido o prazo de assinatura da Ata de Registro de Preços sem manifestação do adjudicatário, é facultado a Prefeitura Municipal de Presidente Olegário convocarem as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, devidamente atualizados, se for o caso, ou revogar a licitação.

3. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

5. O prazo máximo de vigência da ata de registro de preços é de **12 (doze) meses**, vedada sua prorrogação.

6. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por ADESÃO não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9. O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS tem como objetivo, manter na entidade o registro de propostas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão, dessa forma, a entidade licitante não se obriga a adquirir dos licitantes vencedores, o total do quantitativo previsto.

IX – DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, preenchida de forma legível, sem ressalvas, entrelinhas ou outras omissões que dificultem o entendimento e deve estar assinada pelo representante legal da empresa em todas as páginas. Dela deverá constar obrigatoriamente:

- a) o correto preenchimento de todos os dados solicitados no modelo do Anexo I, mesmo que apresente de forma diferente;
- b) descrição do item ofertado;
- c) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;

2. A Proposta Comercial deverá detalhar os preços unitários para cada item.

3. Propostas que possuírem pequenas incorreções que não acarretem lesões ao direito das demais licitantes, poderão ser retificadas pelo representante legal da empresa ou seu mandatário na sessão pública do pregão, após autorização da Pregoeira que terá autonomia para decidir.

4. Erros de soma e/ou multiplicação apurados nos itens da planilha de preços poderão ser corrigidos pela Pregoeira após a solicitação do licitante, a Pregoeira não poderá, de ofício, alterar as propostas.

5. A proposta deverá ser apresentada de forma clara, com cotação de preços do objeto deste Edital e seus Anexos em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com no máximo **02 (duas) casas** decimais.

6. O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

7. As propostas de preços deverão ser apresentadas, preferencialmente, no padrão do modelo constante do Anexo I deste edital, no entanto, se houver informações inerentes ao objeto licitado, deverão ser acrescentadas pelo licitante, ficando este, o único responsável por apresentá-las.

8. Caso utilize de modelo próprio de proposta, ainda assim deverá ser apresentada a primeira página do Anexo I, local em que constam os dados para elaboração do contrato, e-mail para recebimento de NAF e dados bancários para pagamento.

9. Os preços devem ser apresentados de forma discriminada, nos termos dos itens acima, caso contrário, a Pregoeira poderá realizar diligência junto ao licitante para cumprimento das exigências.

10. Caso o licitante deixe de atender a algum requisito solicitado para elaboração da proposta comercial, a Pregoeira decidirá a respeito, podendo desclassificá-lo.

11. **Alerta aos licitantes sobre o Informativo de Licitações e Contratos do TCU nº 349/18 com o seguinte teor: “Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela Administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar.”**

X – DA HABILITAÇÃO

Com o objetivo de comprovar a sua situação de regularidade, o licitante deverá apresentar:

1. Se Pessoa Jurídica:

1.1. **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral** emitido pela Receita Federal do Brasil;

1.2. **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;**

1.3. Prova de **regularidade** com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da empresa licitante;

1.4. **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.5. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.

1.6. **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial** expedida cartório pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;

1.7. **Alvará Sanitário** expedido pela Vigilância Sanitária da sede do licitante.

2. Se Pessoa Física:

2.1. **Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Documento de Identidade (RG);**

2.2. **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;**

2.3. Prova de **regularidade** para com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da empresa licitante;

2.4. **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, emitido pela Caixa Econômica Federal **OU Declaração de que não possui empregados;**

2.5. Comprovante de inscrição no **PIS/PASEP;**

2.6. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/11.

2.7. **Certidão Negativa Judicial de Natureza Cível, tipo: Execução Cível**, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias antes da entrega das propostas;



2.8. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária da sede do licitante.

3. Juntamente com os documentos referidos nas cláusulas anteriores, deverá ser apresentada, para fins de habilitação, **Declaração**, assinada pelo fornecedor, (pessoa jurídica e física) firmada, sob as penas da lei, de que:

3.8.1. o fornecedor não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

3.8.2. o fornecedor não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei;

3.8.3. assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

3.8.4. de disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos, ferramentas necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, assinada pelo representante legal da empresa.

4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por Cartório competente ou autenticadas na Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, mediante apresentação do original, durante a habilitação pela Pregoeira ou no ato do credenciamento por funcionário autorizado, ou ainda publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

5. Os documentos emitidos pela Internet serão aceitos, estando sujeitos à verificação de sua autenticidade na hora da abertura – Habilitação.

6. A Microempresa – ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP ou equiparado, deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7. Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal de ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Presidente Olegário, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito denegativa.

8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado a Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à autoridade competente para reavogação.

9. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos.

XI – DA SESSÃO PÚBLICA

1. Encerrado o prazo de credenciamento, a Pregoeira declarará aberta a sessão pública, recebendo envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, respeitando-se a ordem de credenciamento efetuada.

2. Classificação das propostas comerciais:

2.1. Abertos os envelopes de Propostas de Preços, serão analisadas e verificadas o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.2. A Pregoeira classificará o autor da proposta de **MENOR PREÇO ITEM** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

2.3. Se não houver, no mínimo, três propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3. Lances Verbais

3.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

3.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação de lances.

3.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelos licitantes, para efeito de posterior ordenação das propostas.

3.4. O valor de decréscimo dos lances será de, no mínimo, **0,5% (meio por cento)** do menor valor apresentado ou conforme estabelecido pela Pregoeira na sessão pública de pregão presencial.

4. Julgamento

4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO ITEM** observadas as demais condições definidas neste Edital.

4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1. Caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.

4.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.



- 4.5. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.
- 4.6. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.
- 4.7. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, **a Pregoeira poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.**
5. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes.
6. Havendo interesse de algum licitante em interpor recursos, serão recolhidos os envelopes de habilitação de todos os participantes, até o julgamento dos recursos.
7. A sessão pública deste pregão será gerenciada pela Pregoeira Oficial e sua equipe de apoio.
8. **Toda forma de manipulação, acordo, combinação ou fraude por parte dos licitantes ou qualquer outra pessoa que prejudique o pregão, principalmente à combinação de lances e/ou propostas, será imediatamente comunicado a Autoridade Policial e ao Ministério Público, para que tomem as devidas medidas pertinentes, como previsto no artigo 90 a 95 Lei 8.666/93.**

XII – DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá imediata e motivadamente, manifestar a intenção de recorrer, o que será, preliminarmente, avaliado quanto a sua aceitabilidade, pela Pregoeira.
2. Sendo aceito na preliminar o recurso, a síntese do mesmo será lavrada em ata, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias consecutivos para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
3. O licitante poderá também apresentar as razões no ato do pregão, as quais serão levadas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de três dias consecutivos, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de cinco dias úteis.
6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Instituição e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.
8. A petição e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidas:
- 8.1. ser dirigidas à Pregoeira, no prazo de três dias consecutivos, conforme estabelecido no item 2 deste Título, que deverá decidir, auxiliado pelo setor jurídico;
- 8.2. ser encaminhadas para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, ou protocolizadas na sala da Divisão de Compras e Licitações em uma via original, emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ ou CPF e endereço da empresa, rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhadas de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. Para a adjudicação, a Pregoeira **poderá utilizar também**, como parâmetro, **além do preço médio**, o **menor preço** obtido na pesquisa de preços de mercado, portanto não se obriga a adjudicar itens acima desses valores.
2. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa do adjudicatário em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:
- 1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 1.2. multas;
- 1.4. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;
- 1.5. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;
- 1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.
2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;
3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;



4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição;
5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato;
6. Extensão das penalidades:
 - 6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:
 - a) retardarem a execução do pregão;
 - b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
 - c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

XV – DO PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em **até 10 (dez) dias após a entrega**, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.
2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.
 - 2.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.
3. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).
4. A despesa com as aquisições está estimada em **R\$259.966,84 (duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos)** conforme o orçamento estimativo realizado pelo Setor de Compras e Licitações e correrá à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativas ao exercício de 2020:

02.04.01.12.122.1201.2078.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.05.01.10.302.1001.2024.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.05.01.10.302.1001.2304.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.05.01.10.305.1003.2033.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.06.04.08.244.0801.2138.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.06.04.08.244.0801.2997.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.365.1203.2323.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.07.01.11.331.1101.2026.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.03.13.392.1301.2309.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.04.27.812.2701.2913.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.05.23.695.2301.2058.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.122.1002.2071.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.301.1001.2027.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
5. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

XVI – DO CONTRATO

1. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário poderá, na forma do artigo 62 da Lei 8.666/93, substituir o contrato por outros instrumentos hábeis.
2. Os contratos decorrentes deste registro de preços terão vigência de acordo com o saldo remanescente da ata de registros de preços, considerando o quantitativo e a necessidade da aquisição até o final do exercício fiscal., observado o disposto no artigo 57 da Lei 8.666/93.
3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4. A fiscalização será realizada pela secretaria responsável pelo recebimento e acompanhamento da execução do contrato.
5. O prazo de validade da proposta será de 60 dias a partir da data da reunião da sessão de abertura da licitação, observado o disposto no §3º do artigo 64, da Lei 8.666/93,
6. Os preços não poderão sofrer reajuste no período de vigência da ata de registro de preços.
7. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser concedida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
 - 7.1. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

XVII – DA ENTREGA

- 9.1. A entrega será conforme cronograma, nos locais determinados de cada setor requisitante;
- 9.2. No que trata os pães (pão doce e francês) deverão ser entregues diariamente;
- 9.3 Os pães da Ponte Firme, Taboca e Bela Vista deverão ser entregues nas localidades;
- 9.4 Os pães do distrito de Santiago deverá ser entregue no ponto de ônibus que transporta os alunos (Ponto da Praça da Independência, em frente a Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra);
- 9.5 O Município se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.
- 9.6. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verifiquem irregularidades.



9.7. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega.

9.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

9.9. O contratado ficará obrigado a aceitar os produtos de volta, na hipótese de recusa pelo Município, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação.

XVIII – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

1.1.1- Descumprir as condições da ata de registro de preços.

1.1.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

1.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.1.4 - Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

1.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

1.2.1 - Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

XIX – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

1. O edital encontra-se disponível na internet, no site www.po.mg.gov.br ou, ainda, poderá ser obtida a cópia na sala da Divisão de Compras e Licitações, no horário de 12 às 17 horas.

2. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.po.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial de Minas Gerais, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

3. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail compras@po.mg.gov.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas.

3.1. As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail ou disponibilizada no site www.po.mg.gov.br no campo “LICITAÇÕES > EDITAIS”, no link correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4. No link correspondente ao edital serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que o(a) Pregoeiro(a) julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o site com frequência.

5. Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico compras@po.mg.gov.br, ou protocolizadas na Divisão de Compras e Licitações, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor jurídico.

5.1. A petição deverá ser assinada pelo cidadão ou pelo licitante, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

5.1.1 Os documentos citados no subitem 5.1 poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público da Divisão de Compras e Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32, caput, c/c art. 38, inciso IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

5.2. O Município de Presidente Olegário não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pela Pregoeira, e que, por isso, sejam intempestivas.

5.3. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

5.4. A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no site deste Município para conhecimento de todos os interessados.

XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra sendo considerado totalmente aceito após apresentação da documentação e da proposta de preços, momento que não serão aceitos alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

2. Os proponentes interessados tanto nas “propostas de preços” como dos “documentos de habilitação” poderão, a qualquer tempo, solicitar, junto à Pregoeira, vista dos autos do processo.

3. É facultado aa Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.**

4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.

5. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



6. A presente licitação poderá ser revogada ou anulada, conforme previsto na legislação pertinente.
7. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
8. Ficarão retidos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os envelopes de todas as empresas participantes do certame; expirado esse prazo, os representantes das empresas participantes terão o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para retirada dos envelopes de documentação. Caso não seja observado o prazo aqui previsto, o(s) envelope(s) de documentação será(o) destruído(s), o que implica em renúncia do direito a possíveis reclamações.
9. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
11. Constituem anexos do presente edital, dele fazendo parte integrante:
- Anexo I – Proposta de Preços
 - Anexo II – Modelo de Credenciamento;
 - Anexo III – Declaração Habilitatória;
 - Anexo IV – Declaração de Idoneidade;
 - Anexo V – Declaração de Condição de Microempresa ou EPP;
 - Anexo VI – Laudos;
 - Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - Anexo VIII – Minuta de Contrato
 - Anexo IX – Termo de Referência;

Presidente Olegário, 16 de janeiro de 2020.

ADRIANA NAIR DA SILVA SOUSA
Pregoeira Oficial
Município de Presidente Olegário

CESAR CORREA DE ARÁÚJO
Secretario Municipal de Planejamento

ANA MARIA FERREIRA SOUSA
Secretaria Municipal de Educação, Cultura,
Desportos e Turismo



Município de Presidente Olegário - MG
Pç. Dr. Castilho - 10, Centro - 38750-000
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231
www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS 001/2020

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social do Licitante:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Endereço:

CEP: _____-_____

Cidade:

Estado:

Telefone :

e-mail :

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS (QUALQUER BANCO / "PREFERENCIALMENTE" BANCO DO BRASIL):

Banco:

Agência:

Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DA ATA/CONTRATO:

Nome:

Endereço:

CEP:

Identidade:

Órgão expedidor/UF:

Data de Expedição:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF:

e-mail:



Município de Presidente Olegário - MG
Pç. Dr. Castillo – 10, Centro – 38750-000
☎(34) 3811-1560 - (34) 3811-1231
www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS 001/2020

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Descrição	Un.	Quant.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
001	BISCOITO DE POLVILHO AZEDO/ TORRADINHO, PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE, Preparados com matérias primas de qualidade, em perfeito estado de conservação. Composição: Polvilho azedo, ovo (01 un para cada 02 X de polvilho azedo), azeite, água natural, sem conservantes, sem corantes, sem sal), validade de 02 dias.	KG	330	Biscoito de polvilho azedo/ torrãozinho, para pacientes da hemodiálise - preparados com matérias primas de qualidade, em perfeito estado de conservação. Composição: Polvilho azedo, ovo (01 un para cada 02 X de polvilho azedo), azeite, água natural, sem conservantes, sem corantes, sem sal), validade de 02 dias. <i>Entregar em pacotes de 100 gramas;</i>	R\$	R\$
002	BISCOITOS DIVERSOS/ ENTRE 34 E 36 GRAMAS CADA UNIDADE - Preparados com matérias primas de qualidade, em perfeito estado de conservação	KG	320	Biscoitos diversos/ entre 34 e 36 gramas cada unidade, preparados com matérias primas de qualidade, em perfeito estado de conservação	R\$	R\$
003	PÃO DE DOCE PONTE FIRME, BELA VISTA E TABOCA PESO APROXIMADO DE 50G CADA UNIDADE, DO TIPO BRIOCHE Preparado a partir de matérias sãs, de primeira qualidade, composto de farinha de trigo especial, água, sal, açúcar e fermento químico, dentre outros, em perfeito estado de conservação. validade mínima de 05 (cinco) dias a contar da data de entrega.	KG	700	Pão de doce bela vista , peso aproximado de 50g cada unidade, do tipo brioche, preparado a partir de matérias sãs, de primeira qualidade, composto de farinha de trigo especial, água, sal, açúcar e fermento químico, dentre outros, em perfeito estado de conservação. Validade mínima de 05 (cinco) dias a contar da data de entrega.	R\$	R\$
004	PÃO DE DOCE, PESO APROXIMADO DE 50G CADA UNIDADE, DO TIPO BRIOCHE Preparado a partir de matérias sãs, de primeira qualidade, composto de farinha de trigo especial, água, sal, açúcar e fermento químico, dentre outros, em perfeito estado de conservação. validade mínima de 05 (cinco) dias a contar da data de entrega. <i>*Para Secretarias deste Município e do Distrito de Santiago</i>	KG	5.241	Pão de doce peso aproximado de 50g cada unidade, do tipo brioche, preparado a partir de matérias sãs, de primeira qualidade, composto de farinha de trigo especial, água, sal, açúcar e fermento químico, dentre outros, em perfeito estado de conservação. Validade mínima de 05 (cinco) dias a contar da data de entrega. <i>* Para Secretarias deste Município e do Distrito de Santiago</i>	R\$	R\$
005	PÃO FRANCÊS PONTE FIRME, BELA VISTA E TABOCA TABOCA PESO APROXIMADO DE 50G CADA Unidade formato tradicional, com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água e fermento químico, dentre outros. validade mínima de 01 (um) dia após a data de entrega.	KG	930	Pão francês, bela vista peso aproximado de 50g cada unidade formato tradicional, com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água e fermento químico, dentre outros. Validade mínima de 01 (um) dia após a data de entrega.	R\$	R\$
006	PÃO FRANCÊS, PESO APROXIMADO DE 50G CADA Unidade formato tradicional, com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água e fermento químico, dentre outros. validade mínima de 01 (um) dia após a data de entrega.	KG	8.048	Pão francês, peso aproximado de 50g cada unidade formato tradicional, com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água e fermento químico, dentre outros. Validade mínima de 01 (um) dia após a data de entrega.	R\$	R\$



Município de Presidente Olegário - MG

Pç. Dr. Castilho - 10, Centro - 38750-000

☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

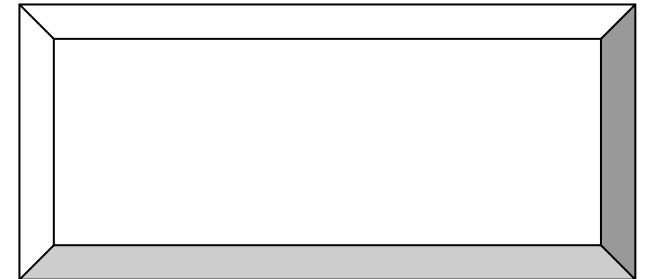
www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

<i>*Para Secretarias deste Município e do Distrito de Santiago</i>				<i>* Para Secretarias deste Município e do Distrito de Santiago</i>			
009	SALGADOS DIVERSOS, ENTRE 24 E 26 GRAMAS CADA UNIDADE, Preparados com matérias primas de qualidade, em perfeito estado de conservação.	KG	271	Salgados diversos, entre 24 e 26 gramas cada unidade, preparados com matérias primas de qualidade, em perfeito estado de conservação.	R\$		R\$
010	SUCO INDUSTRIALIZADO SEM AÇÚCAR, PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE, Volume mínimo de 200ml, sabores diversificados; Suco tipo Néctar, com diluição de 50% da bebida proveniente da matéria prima, Composição: Carboidratos: >25g; Sódio: 0g; Sem açúcar; caixinha em Tetra Pak	UN	3.564	SUCO INDUSTRIALIZADO SEM AÇÚCAR, PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE, Volume mínimo de 200ml, sabores diversificados; Suco tipo Néctar, com diluição de 50% da bebida proveniente da matéria prima, Composição: Carboidratos: >25g; Sódio: 0g; Sem açúcar; caixinha em Tetra Pak <i>Marcas equivalentes: Tial, Su fresh, Dell valle, Do bem, entre outras;</i>	R\$		R\$

- *A entrega será conforme cronograma, nos locais determinados de cada setor requisitante;*
- *No que trata os pães (pão doce e francês) deverão ser entregues diariamente;*
- *Os pães da Ponte Firme, Taboca e Bela Vista deverão ser entregues nas localidades;*
- *Os pães do distrito de Santiago deverá ser entregue no ponto de ônibus que transporta os alunos (Ponto da Praça da Independência, em frente a Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra);*

Carimbo ou outra forma de identificação do proponente.

Validade da Proposta: 60 dias



- Declaramos para todos os efeitos legais qu

e, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

- Declaramos também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura: _____ Data ____/____/____



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO)

OUTORGANTE: A _____ (nome da empresa/pessoa física), CNPJ/CPF _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) _____ (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

OUTORGADO: Senhor(es) _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço).

PODERES A quem confere poderes para, junto ao Município de Presidente Olegário, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação em epígrafe, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s) ainda, poderes especiais para:

- desistir de recursos e do prazo recursal;
- interpor recursos;
- apresentar lances verbais;
- assinar declarações e outros documentos;
- negociar preços e demais condições;
- confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer-se esta para outrem, com ou sem reserva de poderes.

..... de..... de 2020.

OUTORGANTE



Município de Presidente Olegário - MG
Pç. Dr. Castelo - 10, Centro - 38750-000
☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231
www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO III

DECLARAÇÃO HABILITATÓRIA (fora do envelope)

A empresa _____, CNPJ _____ para fins de atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520 de 17.07.02, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação solicitados no edital e que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento poderão implicar na desclassificação desta empresa.

....., de de 2020.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, cidade _____/UF, CEP: _____ - _____ DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;
- assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
- tem disponibilidade de recursos humanos e materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao cumprimento e efetiva entrega do objeto desta licitação.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

_____, _____ de 2020.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Empresa



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, com inscrição no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF nº _____ e RG _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do mencionado artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, de acordo com o disposto nos arts. 42 a 49 da citada Lei e Complementar 147 de 07 de agosto de 2014 que altera a Lei Complementar 123/06.

(____) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/14, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2020.

REPRESENTANTE LEGAL

CONTADOR DA EMPRESA/CRC

Obs.: *Declaração a ser emitida em papel timbrado, ou em papel simples, com carimbo da empresa, ou outra forma que identifique o proponente.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO VI

LAUDOS



Presidente Olegário, 21 de julho de 2019.

Produto: Suco industrializado tipo néctar.

Trata-se de suco para lanche de pacientes em hemodiálise.

Suco tipo néctar, com diluição de 50% da bebida proveniente da matéria prima.

Composição:

- Carboidratos: > 25 g
- Sódio: 0 g
- Sem açúcar.

Caixinha em Tetra Pak.

Volume da caixinha: 200 ml

Sabores diversificados.

Atenciosamente:


Angélica E. Moriyama

Nutricionista CRN 9 1181



Presidente Olegário, 21 de julho de 2019.

Produto: Suco industrializado tipo néctar.

Trata-se de suco para lanche de pacientes em hemodiálise.

Suco tipo néctar, com diluição de 50% da bebida proveniente da matéria prima.

Composição:

- Carboidratos: > 25 g
- Sódio: 0 g
- Sem açúcar.

Caixinha em Tetra Pak.

Volume da caixinha: 200 ml

Sabores diversificados.

Atenciosamente:


Angélica E. Moriyama

Nutricionista CRN 9 1181



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2020

Processo Licitatório n.º: 002/2020

Modalidade: Pregão Presencial n.º: 002/2020

Procedimento: Registro de Preços n.º: 001/2020

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada secretaria

Gestor da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada secretaria

APROVADO

Declaro que Li e estou ciente de todo Contrato

Amely Maria de Almeida Pinheiro
OAB/MG 128.148
Procuradora Geral

Por esta Ata de Registro de Preços de fornecimento, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. _____._____/____-____, sediada _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____ – __, neste ato **REPRESENTADA** por seu/sua representante legal o (a) Sr(a). _____, inscrito (a) no CPF nº. _____._____-____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente Ata, sob a regência das Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Municipal de nº. 1.091 de 13 de dezembro de 2018 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. A presente ata decorre do processo licitatório nº. 002/2020 por meio do Pregão Presencial nº. 002/2020 pelo procedimento de Registro de PREÇOS 001/2020 regido pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 1.091 de 13 de dezembro de 2018 e demais normas pertinentes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto da presente ata é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PÃES DE SAL, BISCOITOS DIVERSOS, SALGADOS DIVERSOS E PÃES DE DOCE, PARA SECRETARIAS DESTES MUNICÍPIO E PARA AS LOCALIDADES DE BELA VISTA, PONTE FIRME, TABOCA E SANTIAGO E LANCHES PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Serão incluídos nesta ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os itens com valores igual ao licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme quadro reserva.

ITEM	DESCRIÇÃO	1º RESERVA	2º RESERVA	3º RESERVA

3.2 O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Diário Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

3.3 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

3.4 O contrato decorrente desta ata deverá ser assinado dentro de seu prazo de validade.

3.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

3.5.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



3.5.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por ADESÃO não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. São obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.1.2. Efetuar o pagamento em conformidade com a Cláusula Quinta deste instrumento.

4.1.3. Responsabilizar-se pela designação de servidor para recebimento e conferência dos produtos entregues pelas empresas contratadas.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

4.2.1. Cumprir fielmente esta Ata de Registro de Preços, executando-o sob sua inteira responsabilidade conforme cláusula oitava, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial;

4.2.2. Responsabilizar-se por todos os encargos que incidirem sobre a execução desta Ata;

4.2.3. Será de responsabilidade da contratada a perfeita execução do objeto desta Ata.

4.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao fornecimento.

4.2.7. A contratada deverá se responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: remuneração dos funcionários, eventuais despesas com transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações por rescisões e quaisquer outras que forem devidas aos contratados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

4.2.7. Manter, durante a vigência desta ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A presente Ata tem o seu valor REGISTRADO com o total de R\$.
(planilha com itens e valores).

5.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em **até 10 (dez) dias após a entrega**, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.

5.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

5.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

5.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão da ata, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Os valores não sofrerão qualquer reajuste no período de vigência desta ata, e somente poderão ser alterados com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, os quais serão analisados de acordo com o que estabelece o Art. 65, em seu inciso II, alínea d, da Lei 8.666/93, em hipótese alguma, o fornecedor poderá paralisar o fornecimento.

6.2. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com as aquisições correrá à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativas ao exercício de 2020:

02.04.01.12.122.1201.2078.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.06.04.08.244.0801.2997.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.07.01.11.331.1101.2026.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.01.12.365.1203.2323.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.03.13.392.1301.2309.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.04.27.812.2701.2913.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.05.23.695.2301.2058.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.122.1002.2071.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.301.1001.2027.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.302.1001.2024.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.302.1001.2304.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.305.1003.2033.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.06.04.08.244.0801.2138.3.3.90.30.00.Material de Consumo	



8. CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

- 8.1. O prazo de validade desta ata de registro de preços não será superior a **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, a contar da data de sua assinatura.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA

- 9.1. A entrega será conforme cronograma, nos locais determinados de cada setor requisitante;
- 9.2. No que trata os pães (pão doce e francês) deverão ser entregues diariamente;
- 9.3 Os pães da Ponte Firme, Taboca e Bela Vista deverão ser entregues nas localidades;
- 9.4 Os pães do distrito de Santiago deverá ser entregue no ponto de ônibus que transporta os alunos (Ponto da Praça da Independência, em frente a Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra);
- 9.5 O Município se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.
- 9.6. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verifiquem irregularidades.
- 9.7. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega.
- 9.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.
- 9.9. O contratado ficará obrigado a aceitar os produtos de volta, na hipótese de recusa pelo Município, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 10.1. Descumprir as condições desta ata de registro de preços.
- 10.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- 10.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 10.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).
- 10.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta ata, devidamente comprovados e justificados:
- 10.5.1 Por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- 11.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata e/ou fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:
- 11.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 11.1.2. multas;
- 11.1.3. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;
- 11.1.4. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;
- 11.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.
- 11.2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução da ata;
- 11.3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;
- 11.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição.
- 11.5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato.
- 11.6. Extensão das penalidades:
- 11.6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:
- retardarem a execução do pregão;
 - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
 - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

- 12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



É por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, ___ de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

João Carlos Nogueira de Castilho
Prefeito Municipal

Clênia Cecília Coelho
Secretária Municipal de Saúde

Maráisa Correa Silveira Amorim
Secretária Municipal de Assistência Social

Ana Maria Ferreira Sousa
Secretária Municipal de Educação, Cultura,
Desportos e Turismo

Gilmar Caetano da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Júlio dos Reis Pereira
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Representante Legal:

TESTEMUNHAS: I - _____
César Correa de Araújo – CPF: 820.835.846-00

II - _____
Fabiana Aparecida de Sousa CPF: 122.750.806-94



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATUAL Nº ____/2020

Processo Licitatório nº.: 002/2020

Modalidade: Pregão Presencial nº.: 002/2020

Procedimento: Registro de Preços nº.: 001/2020

Fiscal do Contrato: Correspondente a cada secretaria

Gestor do Contrato: Correspondente a cada secretaria



Por este contrato administrativo de prestação de serviços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____ pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. ____/____-__, sediada _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____ – __, neste ato **REPRESENTADA** por seu/sua representante legal o (a) Sr(a). _____, inscrito (a) no CPF nº. ____-__, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, sob a regência das Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/2002 e Decreto Municipal de nº. 1.091 de 13 de dezembro de 2018 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. Esse contrato será firmado de acordo com o que estabelece a Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93), e suas posteriores alterações, o Decreto Municipal 1.093 de 13 de dezembro de 2018 e demais normas pertinentes, integrantes do Processo Licitatório nº. 002/2020 por meio do Pregão Presencial nº. 002/2020 pelo procedimento de Registro de PREÇOS 001/2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto do presente contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PÃES DE SAL, BISCOITOS DIVERSOS, SALGADOS DIVERSOS E PÃES DE DOCE, PARA SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO E PARA AS LOCALIDADES DE BELA VISTA, PONTE FIRME, TABOCA E SANTIAGO E LANCHES PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. São obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.1.2. Efetuar o pagamento em conformidade com a Cláusula Quarta deste instrumento.

4.1.3. Responsabilizar-se pela designação de servidor para recebimento e conferência dos produtos entregues pelas empresas contratadas.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

4.2.1. Cumprir fielmente este Contrato, executando-o sob sua inteira responsabilidade conforme cláusula oitava, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial;

4.2.2. Responsabilizar-se por todos os encargos que incidirem sobre a execução desta Ata;

4.2.3. Será de responsabilidade da contratada a perfeita execução do objeto desta Ata.

4.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao fornecimento.

4.2.7. A contratada deverá se responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: remuneração dos funcionários, eventuais despesas com transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações por rescisões e quaisquer outras que forem devidas aos contratados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

4.2.7. Manter, durante a vigência desta ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O presente Contrato tem o seu valor com o total de R\$......

(planilha com itens e valores).



4.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em **até 10 (dez) dias após a entrega**, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.

4.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

4.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

4.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o **equilíbrio econômico-financeiro** do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral, o prestador dos serviços, em hipótese alguma, poderá paralisar sua execução.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa com a contratação correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativas ao exercício de 2020.

02.04.01.12.122.1201.2078.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.05.01.10.302.1001.2024.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.05.01.10.302.1001.2304.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.05.01.10.305.1003.2033.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.06.04.08.244.0801.2138.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.06.04.08.244.0801.2997.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.365.1203.2323.3.3.90.30.00.Material de Consumo	02.07.01.11.331.1101.2026.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.03.13.392.1301.2309.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.04.27.812.2701.2913.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.04.05.23.695.2301.2058.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.122.1002.2071.3.3.90.30.00.Material de Consumo	
02.05.01.10.301.1001.2027.3.3.90.30.00.Material de Consumo	

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. Caso seja efetuado, o contrato terá vigência de acordo com o saldo remanescente da ata de registros de preços, considerando o quantitativo e a necessidade da aquisição até o final do exercício fiscal.

7.2. Poderão ser realizadas alterações contratuais, com as devidas justificativas, respeitando o disposto no artigo 65 da lei 8.666/93, portanto, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3. O contratado reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, a qualquer tempo, mediante notificação prévia à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

7.5. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

7.6. Conforme descrito no artigo 15, § 2º da Lei 8.666/93 os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na Imprensa Oficial do Município.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA

8.1. A entrega será conforme cronograma, nos locais determinados de cada setor requisitante;

8.2. No que trata os pães (pão doce e francês) deverão ser entregues diariamente;

8.3 Os pães da Ponte Firme, Taboca e Bela Vista deverão ser entregues nas localidades;

8.4 Os pães do distrito de Santiago deverá ser entregue no ponto de ônibus que transporta os alunos (Ponto da Praça da Independência, em frente a Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra);

8.5 O Município se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

8.6. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verifiquem irregularidades.

8.7. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega.

8.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

8.9. O contratado ficará obrigado a aceitar os produtos de volta, na hipótese de recusa pelo Município, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES



9.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato e/ou fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:

- 9.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 9.1.2. multas;
- 9.1.3. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;
- 9.1.4. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;
- 9.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.

9.2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

9.3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

9.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição.

9.5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato.

9.6. Extensão das penalidades:

9.6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

- a) retardarem a execução do pregão;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração
- c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, __ de _____ de 2020.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

João Carlos Nogueira de Castilho
Prefeito Municipal

Clênia Cecília Coelho
Secretária Municipal de Saúde

Maráisa Correa Silveira Amorim
Secretária Municipal de Assistência Social

Ana Maria Ferreira Sousa
Secretária Municipal de Educação, Cultura,
Desportos e Turismo

José Diquim Pacheco Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Júlio dos Reis Pereira
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Representante Legal:

TESTEMUNHAS: I - _____
César Correa de Araújo – CPF: 820.835.846-00

II - _____
Fabiana Aparecida de Sousa - CPF: 122.750.806-94



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

ANEXO XI

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE PÃES

I – OBJETIVO: Realização de processo de licitação para **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE PÃES DE SAL, BISCOITOS DIVERSOS, SALGADOS DIVERSOS E PÃES DE DOCE, PARA SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO E PARA AS LOCALIDADES DE BELA VISTA, PONTE FIRME, TABOCA E SANTIAGO E LANCHES PARA PACIENTES DA HEMODIÁLISE.**

II – JUSTIFICATIVA

Justifica-se a solicitação para continuação das atividades das secretarias requisitantes, tendo em vista a necessidade do fornecimento de merenda escolar, fornecimento de lanches aos pacientes do Hospital Municipal, bem como, a manutenção das Unidades de Assistência Social, Usina de Reciclagem e Cozinha Comunitária.

III – PRAZO

O prazo de vigência desta licitação é de 12(doze) meses.

IV – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO –

1. Os pagamentos serão realizados pelo Município em **até 10 (dez) dias após a entrega**, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.

2. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo a empresa vencedora apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

2.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

3. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

4. A despesa com as aquisições correrá à conta das dotações orçamentárias abaixo, relativas ao exercício de 2020 ou suas correspondentes nos anos posteriores:

02.04.01.12.122.1201.2078.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.306.1205.2095.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.361.1202.2087.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.365.1203.2322.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.01.12.365.1203.2323.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.03.13.392.1301.2309.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.04.27.812.2701.2913.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.04.05.23.695.2301.2058.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.05.01.10.122.1002.2071.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.05.01.10.301.1001.2027.3.3.90.30.00.Material de Consumo

02.05.01.10.302.1001.2024.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.05.01.10.302.1001.2304.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.05.01.10.305.1003.2033.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.06.04.08.244.0801.2138.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.06.04.08.244.0801.2997.3.3.90.30.00.Material de Consumo
02.07.01.11.331.1101.2026.3.3.90.30.00.Material de Consumo

5. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha

V – DA ENTREGA 1.

1. A entrega será conforme cronograma, nos locais determinados de cada setor requisitante;

2. No que trata os pães (pão doce e francês) deverão ser entregues diariamente;

3 Os pães da Ponte Firme, Taboca e Bela Vista deverão ser entregues nas localidades;

4 Os pães do distrito de Santiago deverá ser entregue no ponto de ônibus que transporta os alunos (Ponto da Praça da Independência, em frente a Escola Estadual Padre José André Caldeira Coimbra);

5 O Município se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

6. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens em que se verifiquem irregularidades.

7. O Fornecedor sujeitar-se-á fiscalização dos itens licitados no ato da entrega.

8. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

9. O contratado ficará obrigado a aceitar os produtos de volta, na hipótese de recusa pelo Município, por não atender as exigências do edital. O ato do recebimento não importará a sua aceitação.

VI - DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas no Contrato ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/1993, constituem obrigações do Município:



Município de Presidente Olegário - MG

Pç. Dr. Castelo - 10, Centro - 38750-000

☎ (34) 3811-1560 - (34) 3811-1231

www.po.mg.gov.br - E-mail: compras@po.mg.gov.br

1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
2. Fiscalizar a execução do objeto;
3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na execução do objeto;
4. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados com relação ao objeto deste contrato;

Presidente Olegário, 16 de janeiro de 2020

Clênia Cecília Coelho
Secretária Municipal de Saúde

Maraísa Correa Silveira Amorim
Secretária Municipal de Assistência Social

Ana Maria Ferreira Sousa
*Secretária Municipal de Educação, Cultura,
Desportos e Turismo*

Gilmar Caetano da Silva
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Júlio dos Reis Pereira
*Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Meio Ambiente*